

Planejamento e Comunicação No Fenômeno Demográfico

PESSOA DE MORAIS

O explosivo populacional — O planejamento familiar tem se caracterizado como um conjunto de técnicas e medidas destinadas a orientar as famílias no sentido de um controle do número de filhos, de acordo com os modernos recursos científicos.

Tem operado, através de órgãos devidamente aparelhados, como a BEMFAM do Brasil, que dispõe de ambulatórios em vários Estados do país e vem analisando os problemas correlacionados com o explosivo populacional, sobretudo em área periférica como a nossa, dentro de um debate científico bem amplo.

É verdade que se torna extremamente difícil exercer um controle de efeito palpável sobre o forte crescimento populacional de um país como o nosso. A este respeito o aumento da população brasileira tem sido um dos maiores do mundo. Basta dizer que, enquanto a Europa como um todo durante um século, aumentou de cerca de 1 para 1,7% ao ano, ou seja, teve uma ampliação de apenas alguns décimos, em período tão longo, no Brasil se deu um fenômeno bastante diferente: se nos anos 40 a taxa de crescimento da população do país já era muito alta, da ordem de 2,3% ao ano, na década seguinte, isto é, nos anos 50, se ampliava para 3,1% e, agora, amplia-se ainda um pouco mais.

Tal aumento populacional é mesmo muito superior ao de um país super-populoso como a China ou a Índia, com o índice de 2,3% e 1,9%, respectivamente. Superior ao de todos os

países da África, da América do Sul e da maioria dos países asiáticos. Relativamente a Portugal e à Itália, por exemplo — povos com um aumento populacional de apenas 0,5% ao ano —, a diferença chega a ser extremamente gritante. Trata-se de países que, por isso mesmo, levam 149 anos para duplicar a sua população, enquanto o Brasil, com o explosivo populacional já referido, tende a duplicar seu contingente populacional em cada 20 anos.

Essa curva vertical e ascendente de aumento tem tido sua incidência nos países periféricos, sobretudo em suas vastas áreas de pobreza e nos próprios setores pobres dos países ricos ou tecnologicamente adiantados.

O assunto é de tal magnitude que, para a América Central, por exemplo, calculou-se em apenas 23 anos — de 1957 a 1980, um aumento populacional de 89% e, para a América do Sul, em igual período, um acréscimo de 77%.

Tais aumentos — a continuarem os índices atuais — serão tão importantes que alterarão, sem dúvida, sensivelmente, o quadro populacional da América, esperando-se até que a população latino-americana seja superior, mesmo, em 80 milhões, relativamente ao total da população dos Estados Unidos e do Canadá, em 1980.

No caso de países como o Brasil, o fenômeno assume uma conotação especial: o fato de, por exemplo, tal aumento se dirigir dentro dos índices de acréscimo de outro processo bastante significativo que é precisamente o aumento ascendente da população urbana. Esta sofre, por sua vez, o resultado de dois explosivos populacionais simultâneos ou paralelos: o próprio explosivo ou crescimento verticalmente ascendente dos grandes contingentes populacionais, sobretudo das vastas áreas de pobreza existentes nas cidades do país. Também recebe, o meio urbano, outro acréscimo paralelo, representado pelas ondas migratórias, vindas das áreas rurais do país. O que, se levarmos em conta o índice de pobreza de muitas dessas populações que se deslocam do interior para a cidade, ampliando os quadros populacionais de pobreza dos bairros menos afortunados, com-

preende-se melhor a ascendência da curva populacional de países como o Brasil.

Pobreza, população e razões sócio-culturais do fenômeno — É fato, na verdade notório, que a proliferação tem sido muito maior nas classes pobres do que nas classes ricas. Estudos objetivos concernentes a países adiantados como os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Inglaterra, a Noruega etc., constataram que o fenômeno da proliferação das áreas pobres em contraste com as áreas mais ricas exibem, em geral, um muito maior coeficiente de fertilidade. Como dissemos, são justamente os países periféricos e as áreas pobres dos países ricos que apresentam, em geral, um maior índice de proliferação. O fato surpreende o observador, o que leva muitas vezes a pensar que a natureza dotaria a espécie ameaçada pela subnutrição e pelo depauperamento, de uma maior capacidade reprodutiva, como mecanismo típico de reparação e de sobrevivência.

Todavia, trata-se de matéria que as explicações biológicas, inclusive fisiológicas ou biotipológicas não podem resolver e somente uma análise atenta de um conjunto de condições sócio-culturais fornece subsídios na compreensão do fenômeno.

Sabe-se, por exemplo, que tais condições sócio-culturais, incluindo o condicionamento de maior ou menor tensão psíquica; o nível educacional; as condições de disciplina e auto-contrôle, o nível sócio-culturalmente condicionadas; a compreensão da responsabilidade que representam os encargos de família, assunto que cai dentro do mesmo âmbito; o possível maior nível de resistência física ou orgânica da mulher das classes menos favorecidas, pelo maior exercitamento desde a infância, afeita na luta áspera pela vida, sem os artifícios ou os aparatos que a tecnologia vem desenvolvendo; a própria maior incidência de mortalidade infantil, com altos coeficientes, precisamente nessas áreas, possibilitando a sobrevivência de organismos mais aptos através da seleção que o próprio processo acarreta; a inexistência, nessas áreas mais pobres, de noções ou possibilidades de cuidados médicos razoáveis, além de níveis precários de higiene, a própria debilidade orgânica que, muitas vezes, a civiliza-

ção com a sua higiene, a sua medicina e o seu conforto sutilmente agasalha. Tudo isso e mais inúmeros outros fatores de natureza sócio-cultural interferem para maior proliferação justamente dessas populações ou áreas menos favorecidas (sobre o assunto publiquei a separata de uma tese debatendo amplamente a matéria relativa às razões dêsse explosivo populacional das áreas de pobreza, de longo artigo científico saído nesta Revista).

Fundamentos sócio-culturais do planejamento familiar —

Para se entender o problema do planejamento familiar, principalmente em países como o Brasil, de início temos de levar em conta que tal planejamento se circunscreve ou terá de circunscrever-se a um âmbito relativamente restrito da população global do país. O assunto é reconhecido, de modo evidente, pela quase impossibilidade de se exercer um controle que opere resultados positivos em relação a uma população já imensa como a nossa. As verbas para que surtisses resultados de decréscimo da curva assensorial da população, embora elevadas, não produziriam efeitos de monta.

Todavia, a idéia ou noção de um planejamento familiar, se não alcança resultados visíveis no plano global, e quantitativo da população como um todo, representa sem dúvida, eficiente ajuda a um número ponderável e crescente de famílias de vários setores das classes médias e pobres do nosso país. O conceito da chamada paternidade responsável, defendido pelo próprio Vaticano através do Papa Paulo VI, na Encíclica *Popolorum Progressio*, se enquadra num princípio ético de bases filosóficas plenamente justificáveis.

Como postulado ético, a paternidade responsável exige, naturalmente, um mínimo de capacidade de razão ou de entendimento do problema, a necessitar de contar com um índice mínimo educacional.

Educar, porém, setores razoáveis da população de um país como o Brasil requer, igualmente, o conhecimento de muitos traços do nosso caráter, em decorrência do estado ou das con-

dições sócio-culturais, dentro dos níveis econômico-sociais do país.

Um fenômeno básico a se considerar aqui é o de que somos um povo meio displacente; com o próprio estilo histórico de colonização, através do português, apelando para recursos instintivos de ajustamento ao trópico — no que constituía uma especial sabedoria — porém, sem o planejamento racional de outros tipos de colonização, como a realizada pelos povos anglo-saxônicos.

O sentido intuicionista e até causídico da colonização portuguesa no Brasil, correspondeu a um esforço bastante proveitoso de adaptação a um tipo de sociedade e de cultura muito diferente do da Europa e se ligou, historicamente, ao próprio caráter intuitivo e mágico da cultura ibérica, muito diversa da dimensão racional que, cedo, brotou em outros países da Europa, os quais complementaram o ciclo econômico mercantil, através de um longo e amadurecido ciclo industrial.

Ao contrário, tanto Portugal como a Espanha se mantiveram, durante séculos, ligados a um tipo de economia e de cultura preponderantemente agrária que, ainda hoje, em parte se conserva. Tal fenômeno fez com que, por essa preservação do ruralismo, o elemento mágico e intuitivo, inclusive ligado ao complexo religioso, mítico e místico, influenciasse o nosso tipo histórico de formação, a impedir que em sentido mais racionalista da existência humana se agasalhasse, sobretudo, no inconsciente de um país como o nosso. O que não significa que certos aspectos também experimentais ou racionais não tivessem salpicado, por assim dizer, o intuicionismo português de base rural afetiva e intuicionista. A própria filosofia nominalista de pensadores como Guilherme de Occam, em nome da qual Dom Manuel refutou as resistências às aventuras marítimas, pertence a este aspecto. O monarca português chegou a apontar o caminho da experiência, com base nessa filosofia quando, ao se discutir projetos de descobrimentos marítimos, se alegava, baseando-se em argumentos de Aristóteles, ser impossível, por efeito do calor escaldante, a existência de vida nos trópicos ou, mais precisamente, na linha equinocial. A curiosa resposta de

Dom Manuel, em nome de tal nominalismo, de só poder se chegar à evidência da verdade através da experiência, significou isto: a presença de certos resquícios precoces da filosofia racional, ligada ao ciclo mercantil de procedência franciscana de Oxford e Paris, a se agasalhar em Portugal. A se combinar com os resquícios da ciência grega introduzida pela árabe, o produto se misturando, por sua vez, a um acervo de tendências místicas, intuicionistas e mágicas, através dos vaticínios, da ciência secreta e da cabala.

A circunstância do maior desenvolvimento tecnológico da Europa e dos Estados Unidos relativamente a países como o Brasil provocou, em consequência, uma sobrevivência bem acentuada de valores rurais a se mesclarem ou a se associarem aos próprios valores urbanos e até cosmopolitas do país. Trata-se mesmo de uma curiosa mestiçagem de valores ou padrões de comportamento que faz do Brasil — como tenho assinalado em meus livros — um país curiosamente mestiço, não apenas na cor da pele, prisma sob o qual se vem analisando ou discutindo a cultura brasileira porém, sobretudo, nesses padrões de comportamento ou valores. É assunto que tive, pioneiramente, oportunidade de mostrar em meus trabalhos.

As implicações ou consequências disso em relação ao tema que estamos obrando aqui são muito significativas, já que nos chamam a atenção para fenômenos bastante curiosos e nem sempre devidamente percebidos: o de que, sendo o povo brasileiro condicionado por um intuicionismo mágico e por um tipo de educação e cultura de bases mais afetivas do que racionais ou lógicas a se combinar com os traços psicológicos de displidência do ameríndio e à própria apatia nostálgica do negro, tudo resulta — sobretudo nas áreas mais pobres e educacionalmente mais baixas — em tendências peculiares. Na displidência, na lassidão a estímulos do tipo racional, traço que, por sua vez, se combina a outros condicionamentos sócio-culturais como o menor nível de disciplina ou de auto-disciplina, de concentração em determinados objetivos de capacidade para seguir, por exemplo, métodos concepcionais complexos como os ligados — para só citar êsse exemplo — ao possível conhecimento dos dias

de fertilidade da mulher, para efeito da atividade sexual e controle da procriação.

Também a existência de baixos padrões de higiene, em setores populacionais bem amplos das áreas pobres, impede o domínio de certas técnicas anti-concepcionais. Do mesmo modo a idéia da paternidade responsável, a exigir o mínimo, como dissemos, de nível educacional, tudo isso tem de ser contrabalançado através de processos de educação e esclarecimento do assunto. O que se pode fazer, dentro dos limites já devidamente assinalados e no âmbito de alcance de grupos familiares crescentemente maiores, através dos modernos recursos tecnológicos dos instrumentos de comunicação de massa.

Tecnologia de Comunicação e Planejamento Familiar — Cabe aqui examinar, de acordo com o que já dissemos, isto é, utilizando-se os meios tecnológicos de comunicação, como se poderia obter resultados razoavelmente satisfatórios, num país como o Brasil. Em primeiro lugar, o que devemos considerar em primeira mão é, dentre os meios metodológicos atuais e modernos de comunicação, qual ou quais dêles poderão ser usados, de preferência, numa campanha de esclarecimento popular, por exemplo, dos problemas de controle da proliferação, em inúmeras famílias com vistas ao princípio, defendido pelo Vaticano, da paternidade responsável.

Sabe-se que a televisão como processo comunicativo possui, hoje, um enorme alcance e cursos de educação para adultos, sobretudo nubentes, poderiam ser utilizados em larga escala, envolvendo o sentido mais amplo das responsabilidades conjugais (cursos de preparação para o casamento) e, ao mesmo tempo, dando-se instruções a respeito do que representam os encargos e responsabilidades familiares, sem que isso signifique propaganda do controle populacional. Não apenas, aliás, desses encargos de responsabilidades familiares, porém acerca de assuntos concernentes à disciplina, à higiene, às próprias técnicas de controle concepcional.

É preciso se levar também em conta, aqui, ser o rádio, tecnicamente no Brasil, um meio de comunicação de alcance

imenso, sobretudo nas áreas mais pobres, onde o baixo nível educacional e higiênico impede, como vimos, inclusive uma maior reflexão sobre a família e suas responsabilidades. A significação do rádio deriva de razões sócio-culturais bem curiosas. Entre estas, a de ser este veículo de comunicação, essencialmente ligado à sensibilidade auditiva, condicionada, sociologicamente, por uma longa e sedimentada tradição oral.

Somos, na verdade, um país que disseminou toda uma forte tradição de oralidade; de estórias e contos da carochinha, transmitidas de pais a filhos, de geração a geração; de lendas, credences, assuntos de natureza mística ou mítica, de caráter sincrético, combinando ou associando valores católicos, africanos, indígenas, espíritas e hoje até protestantes.

É uma larga tradição oral, muito intensa, que propiciou, no Brasil, uma tendência especial para valorizar o que é transmitido para ser captado através do ouvido.

Entre os nossos sentidos, a dimensão sensorial, auditiva de nossa cultura, é aspecto muito saliente, de modo a fazer do brasileiro um povo que projeta o próprio processo visual — tão ligado à cultura industrial e urbana — uma acentuada carga de impressões correlacionadas com o ouvido. Daí o hábito, muitas vezes, de se pedir ao autor de trabalho escrito, para lê-lo em voz alta a fim de que se possa percebê-lo melhor. Igualmente, a tendência para um tipo de aprendizado, através de cursos ou da preleção oral que vem, do mesmo modo, desses profundos suportes sócio-culturais. O hábito muito brasileiro de ler e, ao mesmo tempo, fazer movimentos com os lábios, balbuciando as frases no processo visual da leitura, representa, em nosso país, uma forma sutil de prevalência da linguagem oral no processo visual da leitura.

A disseminação do rádio, através das últimas décadas, em todos os recantos do país, constitui outro suporte ponderável para a tendência inconsciente sobretudo, de uma íntima tradição auditiva no Brasil, ligada aos sedimentos bem fortes, como vimos, da tradição oral.

Com a profusão, em toda parte, ultimamente, dos rádios transístores, que o homem comum carrega nos transportes coletivos, na rua, nas praças, onde quer que esteja, isto tornou, ainda mais, o processo sensorial auditivo no Brasil, estimulado de maneira intensa por esse novo suporte tecnológico, agora difundido através de setores cada vez mais amplos da população.

De modo que o alcance popular de uma campanha de esclarecimento relativa ao problema da paternidade responsável, defendida pelo Vaticano, teria de contar no Brasil, para sua eficácia, de uma divulgação, com instrumentos de comunicação como o rádio, ligados, entre nós, fortemente, ao processo auditivo.

Outros aspectos sócio-culturais para o planejamento — Cabe, a esta altura, considerar que um programa de planejamento familiar eficiente, que leve em conta a globalidade das condições sócio-culturais, tem de realizar-se em correlação com órgãos públicos de desenvolvimento econômico, como a SUDENE, no Nordeste do Brasil. O convite que a BEMFAM fez, no V Seminário do ano passado, em Vitória, no Espírito Santo, ao Diretor da Divisão de Recursos Humanos daquele órgão, significa uma intuição e uma antecipação do que aqui sugerimos.

Sendo o alto coeficiente de proliferação, em áreas como a do Nordeste, condicionado pelas razões de pauperismo de largos setores populacionais, acarretando baixo índice dos padrões de educação, ausência de higiene em suas noções elementares, deficiência de disciplina, da força de vontade e do auto-controle, indispensáveis a qualquer planejamento, torna-se evidente isto: a necessidade e o entrosamento mais concreto de órgãos que tratam do planejamento familiar com organismos públicos, do porte da SUDENE, que visa estimular precisamente o desenvolvimento industrial.

Com tal desenvolvimento está ligado, por sua vez, a um complexo de condições sociais — o que não poderia deixar de ser — é, neste ponto, que o intercâmbio entre dirigentes de órgãos como a BEMFAM do Brasil e a SUDENE se torna até

imprescindível. Isso porque o desenvolvimento industrial, sendo correlacionado a uma multiplicidade de problemas de natureza sociológica e não apenas estritamente econômica, exige o debate, a análise e o conhecimento de temas ligados ao nível e situação social das famílias, nos planos de industrialização, por exemplo.

A técnica se constitui, como produto da ciência, um dos grandes benefícios de nossa época. E a técnica do planejamento familiar coincide, em muitos aspectos, com a técnica de reajustamento social que corre paralela às medidas de desenvolvimento econômico.

Uma coisa, porém, é a técnica a serviço do desenvolvimento e outra, completamente diferente, o puro tecnicismo econômico, planejando no campo estrito da Economia ou das questões econômicas, sem considerar o conjunto de elementos sociais, entrelaçados ou ligados ao esforço técnico de planejamento. O problema das doenças endêmicas como a esquistosomose e a amebíase, as parasitoses de toda ordem, sendo elemento ligado às condições orgânicas, derivam, todavia, de níveis sócio-econômicos baixos ou precários. O que acarreta, paralelamente, complicações em toda a vida psicológica de um dado grupo ou população afetados por essas enfermidades. A tal ponto que gera reflexos e consequências inevitáveis sobre todo um estado emocional, a atenção, a disciplina, o auto-contrôle, a força de vontade, como vimos, indispensáveis num esquema eficiente de planejamento familiar.

É assunto de amplo interesse público, já que todas essas condições que são, na verdade, amplamente sócio-culturais, afetam outras dimensões importantes da existência humana correlacionadas com propósitos deliberadamente também públicos.

Constatarei, como sociólogo, entre populações pobres de morros do Recife, através do contato nessas áreas com escolas de primeira iniciação ou de cursos primários, que as crianças possuíam, não raro, certa incapacidade de concentrar-se, certa deficiência de disciplina nas tarefas escolares e uma visível tendência, muitas vezes de enfraquecimento da vontade, por

dois motivos básicos: de um lado, pela incidência, muito forte, em tais áreas das endemias já referidas, debilitando ou enfraquecendo as condições orgânicas e psíquicas; do outro, dos próprios padrões sócio-culturais da educação familiar, bastante displicentes e, em muitos casos, quase ausentes, no sentido de exigir do menino aqueles requisitos já referidos. O próprio contexto familiar, de onde derivam tais crianças, apresentando, nessas áreas, o mais baixo nível sócio-cultural relativamente a todos os elementos já discriminados.

As próprias doenças endêmicas também dos pais; sua precária noção das responsabilidades escolares do filho; a quase ausência de condições para uma disciplina no complexo familiar; para o desenvolvimento da concentração psicológica, da força de vontade ou da atenção, tudo isso são as condições sócio-culturais que, presentes na escola, não são geradas na comunidade escolar, porém refletem, antes, a deficiência dos padrões sócio-culturais familiares.

Como a problemática da educação e a da saúde pública são matérias, por assim dizer, prioritárias nos planos administrativos ou governamentais, assunto como este, ligado ao planejamento familiar, é também indissolúvelmente ligado ou correlacionado com os planejamentos de saúde pública e de educação. Já falamos que são, de maneira intrínseca, vinculadas aos planejamentos econômicos.

Por isso, sou de opinião que o planejamento familiar inclui intercâmbios muito estreitos com o planejamento econômico, o planejamento educacional ou pedagógico e o planejamento de saúde pública, entre outros.

Os estudos, debates e conclusões científicas de Seminários da natureza dos realizados pela BEMFAM do Brasil, em que participam autoridades e intelectuais dos mais diferentes setores, abordando idéias e temas correlacionados com o planejamento familiar, não podem deixar de ser levados aos órgãos públicos de saúde pública, de educação e de planejamento econômico.

Tais estudos, debates e conclusões interessam ou devem interessar, pelas razões já vistas, aos órgãos já aludidos, numa época em que o próprio planejamento, como atitude racional e científica, significa o aproveitamento, antes de mais nada, de qualquer esforço no sentido de equacionar problemas de tão íntimas relações, como estamos vendo, com os mesmíssimos problemas de outras esferas públicas da maior importância.

A dispersão do esforço científico, técnico ou intelectual, quando se chega a reunir autoridades em vários setores do saber, como nos Seminários da BEMFAM, é vício que se não pode mais absolutamente cometer na época do planejamento e da racionalidade tecnológica.

Daí a razão por que defendo, de maneira enfática, o entrosamento do planejamento familiar, nos termos em que aqui é discutido, com os outros tipos de planejamento já referidos e que se ligam, de modo indissolúvel, ao próprio planejamento sócio-cultural da família no modo aqui comentado.

Haveria mesmo, dois tipos elementares de planejamento familiar, dentro dos propósitos do presente Seminário: o planejamento restrito, que inclui apenas medidas técnicas e anti-concepcionais para controle do tamanho médio dos setores familiares onde atua o órgão (nunca esquecer as limitações sobre o controle global dos índices de proliferação do explosivo populacional, mostrados no começo deste trabalho); e também o planejamento amplo no sentido que estamos procurando formular, incluindo várias de suas possíveis dimensões sócio-culturais.

O primeiro, isto é, o planejamento restrito pode circunscrever-se aos ambulatórios e postos da BEMFAM do Brasil, espalhados através do país. Terá alcance meritório, dadas as próprias noções educacionais, de higiene e paternidade responsável que procura, entre numerosos grupos familiares, difundir. Seu alcance é, contudo, evidentemente limitado, dentro de suas mencionadas e naturais limitações. O outro, ou seja, o planejamento amplo, que pode ser incluído nas diretrizes de planejamento familiar do tipo que foi objeto de debates e estudos em

recente Seminário da BEMFAM, exige uma conexão com outros órgãos de planejamento, no setor público, que se interessam, como estamos vendo, pelos mesmos problemas. Num debate sobre a natureza do planejamento familiar é necessário se esclarecer, como estou procurando fazer, na medida do possível, neste trabalho, em que consiste o planejamento em si mesmo; o seu alcance, os tipos possíveis e fundamentais; suas diferenças e, em cada caso, como as tarefas devem ser circunscritas e quais os problemas surgidos de cada um dos tipos de planejamento; a análise das questões que esses tipos suscitam, sua qualificação e relação com outros tipos também de problemas pertencentes a outras esferas de planejamento social.

São precisamente certas bases sócio-culturais comuns a muitos desses planejamentos que tornam, no caso do planejamento amplo — o mais eficiente — os estudos, análises e debates, da natureza dos que aqui se verificam, matéria ou assunto ligados a outros tipos de planejamento relativos a esferas aparentemente diferentes, em objetivos, do que aqui se realiza.

Somente a análise do que significa um planejamento familiar, nos dois sentidos já mencionados, incluindo seus fundamentos sócio-culturais, como se tem pretendido fazer desde o começo deste trabalho, pode mostrar, analiticamente, a natureza ou essência de tal planejamento, suas bases sócio-culturais e os problemas de que se ocupa. O que estamos procurando fazer, de modo explícito ou específico.

A própria análise do que representam esses problemas e a sua interrelação com outras esferas da técnica e da ciência, possibilitando que os estudos recíprocos sejam confrontados, permitem uma economia de esforço intelectual e também uma maior auto-consciência por parte dos encarregados do planejamento familiar.

Como um conjunto de medidas técnicas e científicas, o planejamento familiar nos moldes em que aqui é estudado, exige do técnico, antes de mais nada, uma elucidação da matéria sobre que versa. E isso com certa clareza analítica para que assunto tão evidente não fique no ar, num simples debate bi-

zantino que procure apenas saber se tal ou qual fator ou causa está ou não nas raízes do planejamento da família. Na verdade não está, como estamos vendo, apenas nos fundamentos dê-se tipo de planejamento, porém numa série de outros que possuem vinculações ou ligações muito mais estreitas do que se pensa com a matéria que estamos procurando abordar.

Um dos grandes vícios do raciocínio ou da reflexão supostamente científica consiste em se discutir, de maneira isolada, causas, fundamentos ou fatores de um dado problema como o de planejamento do tipo aqui estudado, sem se colocar tais análises na moldura mais ampla e complexa de toda a problemática social ou sócio-cultural.

Há mesmo um equívoco, e lamentável equívoco da teorização, mesmo em assuntos que envolvem planejamentos, de cindir a problemática discutida, ficando a discussão limitada a questões mais ou menos falsas de se saber, por exemplo, se o explosivo populacional resulta do pauperismo ou se a educação ou os programas educacionais podem resolver o problema.

Na verdade as coisas não se passam, no mundo sócio-cultural, de maneira tão simplista ou fragmentada. Os fenômenos, aqui, se interpenetram, se interrelacionam de tal modo a formarem uma teia complexa em que a mera discussão convencional em termos do fenômeno A a gerar o fenômeno B, torna-se posição metodologicamente obsoleta ou ultrapassada.

A própria discussão, no terreno da metodologia sócio-cultural, das relações de causa e efeito, pelas quais uma dada causa A produz um determinado efeito B, sendo tal efeito um mero produto da causa, o elemento causal gerando o efeito e permanecendo, por assim dizer, separado de suas consequências, é atitude científica, do ponto-de-vista da metodologia, que se reporta a uma herança aristotélica, hoje completamente superada. O princípio da chamada *causa efficiens*, ou seja, da causa eficiente, coloca os dois termos da equação científica — causa e efeito —, numa posição que se sabe hoje insustentável. E insustentável pelo fato de que uma dada causa, ao mesmo tempo

que é geradora de um efeito, se deixa influenciar ou até, reciprocamente, se condicionar pelo mesmo, numa interrelação dinâmica, ativa em que os dois termos atuam num mundo ou num universo em constante interdependência e movimento. Nunca num universo parado, em que um dos termos da equação — a causa —, ficasse como elemento dinâmico e gerador, enquanto o outro, isto é, o efeito, permanecesse numa posição absolutamente passiva, limitando-se a receber os influxos desta suposta causa todo-poderosa (daí a expressão causa eficiente).

Uma tal atitude metodológica, muito comum nos raciocínios sobre razões ou supostos fundamentos científicos do explosivo populacional, bem como das bases de um planejamento familiar e suas raízes sócio-culturais, são simplesmente debates ou reflexões, ao meu ver, no estágio atual da ciência social, de caráter tipicamente metafísico. Na verdade, muito mais metafísica do que ciência, já que o universo humano ou sócio-cultural está em permanente tensão e interrelação dinâmica, de tal modo que não se pode sequer pensá-lo nos moldes em que habitualmente se tem feito.

Tenho visto muita discussão dê-se tipo que, longe de esclarecer ou elucidar os fenômenos sócio-culturais, acabam apenas fragmentando os problemas colocados para análises, sem grandes esperanças de que se possa juntá-los numa metodologia menos ultrapassada e que, por isso mesmo, se preocupa muito mais com falsos problemas do que com uma colocação metodológica eficiente das questões.

Como Professor-Titular de Metodologia e Técnica da Pesquisa Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco tive, por exemplo, a oportunidade de constatar que certas distorções ou vícios da atenção, da disciplina, da força de vontade ou da concentração, que parecem apenas condições ligadas à vida psicológica individual e que, por isso mesmo, seriam estudados pela psicologia comum, são assuntos igualmente de Sociologia, de pedagogia, de saúde pública, como vimos, de economia e no caso da psicologia, de psicologia tanto infantil como adulta. Tudo isso revela que por

trás de muitos problemas sócio-culturais, em países como o Brasil, existe um conjunto complexo e interrelacionado de causas e efeitos comuns, ligados à estrutura mais profunda da vida brasileira, em seu caráter mais geral, em muitos dos seus traços singulares, conservados na dinâmica da atual transição.

Muitas das razões que operam, portanto, no planejamento familiar do tipo, ou melhor, dos tipos que estamos analisando e discutindo, existem no setor da vida econômica, pedagógica ou educacional, das condições supostamente biológicas, fisiológicas ou biotipológicas, do mundo psíquico, quer na psicologia comum ou sobretudo na psicologia profunda ou na psicanálise, como igualmente, nos problemas concernentes à família. Tudo a se incluir na discussão da problemática familiar, em seu planejamento ou nos fundamentos íntimos ou sócio-culturais destas últimas questões.

Estou, pelo que está dito aqui, procurando estabelecer certa ordem metodológica — como Professor de Metodologia Social — no âmbito do estudo e discussão de problemas sócio-culturais e correlacionados com o planejamento familiar dos tipos aqui analisados e abordados.

Em última análise, creio eu, os fundamentos essenciais do planejamento familiar, são fundamentos metodológicos. É evidente e até óbvio que não se pode falar de planejamento sem se falar em métodos de planejar. Acontece, porém, que a discussão dos métodos de planejar implica, preliminarmente, em certas premissas que possibilitam colocar em ordem os assuntos ou questões para estudar seu interrelacionamento causal.

Nos últimos dias, prefaciando livro inédito, em língua portuguesa, do famoso cientista social sueco Gunnar Myrdal, a pedido de uma editôra brasileira, deparei-me com uma série de considerações, por parte daquele cientista, de visível agudeza e perspicácia, com as quais concordo plenamente. Mostra êle, no livro, como por trás de muito pensamento ou teoria científica e até pesquisa, existem premissas, pressupostos ou juízos de valor operando de maneira velada e inconsciente.

No caso da análise ou do debate metodológico do que seja o planejamento familiar, as premissas, pressupostos ou juízos de valor, muitas vezes falsos, como vimos, resultam de crenças científicas infundadas. O que vale dizer, de crenças sem suporte científico, pelo menos no estágio atual da metodologia das ciências sociais.

A separação, por exemplo, de supostas causas biológicas, fisiológicas ou biotipológicas na explicação do problema do explosivo populacional, com implicações na discussão e análise de assuntos correlacionados com o planejamento familiar, sem que se ligue essa análise e discussão com o complexo das condições sociais ou sócio-culturais, é mera crença. E crença cientificamente infundada, por cindir, fragmentar e distorcer problemas que na trama da vida real não estão, de maneira nenhuma, nem cindidos, nem fragmentados e muito menos distorcidos como tais colocações metodológicas evidenciam.

Os fundamentos sócio-culturais do planejamento, que aqui discutimos, são, portanto, fundamentos que procuram equacionar os problemas sócio-culturais com todo o complexo e multiplicidade de questões surgidas, sobretudo, da elevação gritante da taxa ou índice de procriação. Quando se dá ênfase, por exemplo, a certas causas psicológicas como o *stress* emocional, causando estafa e produzindo distorções orgânicas com resultados negativos na procriação, não invocamos apenas uma possível causa fisiológica ou psicológica de feitos sócio-culturais. Abordando, na verdade, um fenômeno sócio-cultural complexo que envolve, através de condicionamentos dêsse tipo, questões ainda não consideradas com a devida importância na metodologia do planejamento.

O que não implica em considerar ser o fenômeno fisiológico ou psíquico, de maneira alguma, mero resultante de “causas” apenas sociais ou sócio-culturais. Tanto a fisiologia como a psicologia ou a psicanálise possuem sua indiscutível autonomia e individualidade como ciências.

Não estamos defendendo aqui, metodologicamente, num esquema de planejamento familiar e discussão inevitáveis des-

sas questões, a supremacia ou predomínio de nenhuma ciência, inclusive a social ou qualquer outra. O que estamos procurando mostrar é que, um planejamento eficiente, se quiser tocar no assunto preliminar dos problemas que terá de discutir, não poderá utilizar, no estágio atual da metodologia científica, métodos que isolem fatores ou problemas, pretendendo uma suposta predominância causal de um deles.

No caso dos fundamentos sócio-culturais, ligados a assunto tão importante como os que aqui se discute, o condicionamento da psicologia individual, da fisiologia, da biotipologia, por raízes ou bases sócio-culturais, longe de indicar supremacia, monopólio ou predominância, expressa não apenas uma ordem natural de complexidade de fenômenos da existência humana. Estes, partindo das ciências que lidam com a problemática do homem ou menos isoladamente, terá de se colocar, por razões metodológicas dessa complexidade, sob o condicionamento natural de ciências mais complexas ou amplas.

Os fenômenos humanos pertencem a diferentes ordens qualitativas. Por isso, os de uma classe mais complexa ou ampla, ao mesmo tempo que se ligam aos das classes anteriores, condicionam e explicam estes últimos, sem que isso implique uma invalidade de cada uma dessas ciências individualmente consideradas. Isso constitui problema ao mesmo tempo de ciência, de metodologia e até de filosofia da ciência.

A noção do planejamento não pode desconhecer nada disso, se não quer abandonar certo caos, muito comum nas bizantinas discussões científicas, para alcançar uma ordem de classificação dos problemas, dos fenômenos e de suas interrelações. O que está nas bases ou nos propósitos de um planejamento de um tipo que aqui se pretende. Sobretudo, quando se trata dos fundamentos sócio-culturais do planejamento familiar.

Tanto êsse assunto é verdadeiro quanto, por exemplo, não se pode hoje mais estudar o explosivo habitacional através de causas que levem em conta apenas o regime alimentar na base de proteínas animais. O simplismo de tal tentativa de explicação resulta precisamente de uma colocação metodológica que

não levou em consideração ou cometeu o equívoco de não levar em conta o conjunto complexo de elementos sócio-culturais que explicam a questão. Na própria ciência biológica, o simplismo de tal modelo explicativo torna-se evidente, pelo fato de que a carência de proteínas, trazendo alterações fisiológicas e anatômicas das células provoca, nos casos mais acentuados, um declínio no índice de imunização, da secreção de certas enzimas e da própria reprodução. Como se sabe haver uma variação das diversas proteínas em aminoácidos, é provável que nem todas possuem idêntico efeito sobre a função reprodutiva. O que é, nos quadros da própria explicação biológica ou fisiológica, um padrão de entendimento completamente inverso ao anterior.

O caso de que as mulheres hiperastênicas ou brevilineas possivelmente pela localização do ovário e por razões de ordem anatômica e fisiológica seriam mais férteis do que as astênicas ou longilíneas, conforme estudos clássicos de Pende, Gualco e Sarperi, podem sofrer, por condicionamentos precisamente sócio-culturais, desvios do modelo aqui apresentado, a inverter até os efeitos pretendidos. Na verdade, razões sócio-culturais podem, inevitavelmente, fazer com que ditas mulheres restrinjam o número de filhos, através de práticas anticoncepcionais; pelo recurso, tão comum em certas áreas, dos abortos provocados; por questão de tensões emocionais, às vezes muito intensas, ligadas, por exemplo, ao tipo de família ou de valores sócio-culturais concretamente considerados e que podem quebrar, consideravelmente, o nível de resistência orgânica, diminuindo, nas mulheres, a capacidade procriadora; ainda por motivos psicológicos, correlacionados com a concentração da atenção num mundo de atividades e preocupações muitas vezes absorventes, de tal forma, que desviam, de modo enérgico, o pensamento e a concentração psíquica, dos problemas ou assuntos sexuais. Quando há coincidência do alto índice, numa dada população, dêsse tipo de mulher, baixa e gorda, a tendência para um maior índice de natalidade implica em haver isto: uma coincidência entre a existência majoritária de tal tipo na população considerada e as características sócio-culturais tendendo, igualmente, para estimular a procriação. Se o conjunto dessas características favorecerem o aparecimento da maior fertilidade, a mes-

ma terá evidentemente de se apresentar visível. Porém, antes, por razões sócio-culturais, do que por base apenas biológica.

Nos estudos biotipológicos de W. H. Sheldon e seus colaboradores, numa pesquisa de 4 mil casos de estudantes, ficou constatado que o tipo ectomorfo, relativamente esbelto, linear, anguloso, que possui a maior área sensorial de exposição ao mundo exterior e de sistema nervoso central e cérebro proporcionalmente maior em relação ao corpo, com economia corporal derivada da camada embrionária ectodérmica, apresentaria êste traço básico: seria um tipo, conforme tais estudos, intermitentemente dominado por um impulso sexual avassalador, exibindo o êxtase sexual mais intenso.

Igualmente, a respeito da maturidade sexual fisiológica das mulheres, tais estudos constataram que o tipo ectomorfo, ao menos o mesomórfico-ectomorfo, apresentaria tal maturidade tardiamente. Trata-se de môças altas, fortes nos dois primeiros componentes e com menor ou pouca influência do terceiro. As môças altamente endomórficas, com pequena mesomorfia, tenderiam a apresentar tardiamente o período de menstruação. Convém salientar que na referida classificação biotipológica, o tipo endomórfico significa predominância relativa de um arredondamento de consistência, a qual se apresenta pouco compacta e mole. Em tal tipo, as vísceras digestivas são volumosas e tendem a dominar relativamente a economia do corpo. Já o tipo mesomórfico caracteriza-se por uma predominância relativa de músculos, ossos, bem como do tecido conjuntivo, apresentando um corpo retangular de aparência pesada e dura.

Pois bem, se tais tendências fôsem suficientes, em qualquer população independentemente de mais nada, para configurar o caráter da vida sexual, incluindo o período tardio ou precoce da maturidade dos óvulos, o problema do explosivo populacional receberia aqui um subsídio inestimável. Todavia, a questão se complica muito, pela presença variável de elementos sócio-culturais. O que confere a uma dada população ou grupo, uma série de características nem sempre ajustadas a essas possíveis tendências biotipológicas.

O tipo alto e esbelto de rapaz pode inibir seus impulsos — admitida a veracidade da tese de Sheldon — através do estilo de educação que recebeu objetivamente desde a infância; ou por motivo de caráter religioso, numa sociedade ou época que cultive a religiosidade, por exemplo, intensa e profundamente. Do mesmo modo, sabe-se hoje que determinadas condições mesológicas alteram, sem dúvida, como os estudos de Fransblau têm mostrado, a idade da puberdade feminina, e por consequência da maturidade dos óvulos.

Por outro lado, mesmo que a tendência sexual, expressa nos traços biotipológicos, seja estimulada sócio-culturalmente, pode acontecer também sem dúvida, que mesmo assim, outras tantas solicitações da vida social ou sócio-cultural, concorram evidentemente para fazer com que as relações sexuais largamente cultivadas, não redundem em procriação. Isso por vários fatores, inclusive pelo uso de práticas ou métodos anticoncepcionais, que sejam altamente disseminados; pela prática difundida dos abortos provocados; por problemas ligados à tensão psíquica e nervosa, que sabe-se hoje provocar, em certas condições, *stress*, e, por consequência, quebra do nível de resistência orgânica, dificultando, na mulher, a maturidade dos óvulos. Do mesmo modo, a falta, por qualquer motivo, de proteínas, ou o seu consumo reduzido por motivos, digamos religiosos, ligados à vida sócio-cultural, altera, como foi mostrado, a fisiologia e até a estrutura da vida sexual, afetando sensivelmente, nas carências proteicas mais intensas, tôda a função reprodutiva.

Como estamos vendo, o assunto é muito mais complexo do que se pensa e exige, para o raciocínio científico, tôda uma gama intrincada de interrelações. Estas devem levar em conta, decisivamente, o papel dessa interação múltipla que se processa entre a vida biológica, fisiológica ou biotipológica, de um lado, e o mundo intrincado das condições sócio-culturais, do outro. No final, como sempre, ou melhor, depois de completado o estudo biotipológico com o sociológico, o que se verifica é o condicionamento da vida sócio-cultural que acaba, muitas vezes, imprimindo às tendências sexuais e de procriação de base meramente biotipológicas, marcas profundamente discordantes,

quando não antagônicas. O que não mostra, conforme foi dito reiteradamente, que a biologia, a fisiologia ou a endocrinologia não sejam ciências autônomas inteiramente válidas. Apenas evidencia a ordem qualitativa e de complexidade crescente dos fenômenos, que faz uns se interrelacionarem com os outros, num condicionamento ao mesmo tempo sucessivo e recíproco.

É o princípio da interdependência entre as ciências, cada uma delas com a sua ordem qualitativa de fenômenos que se interpenetram, como se sabe hoje, com os fenômenos de outras ciências congêneres, o condicionamento sucessivo e recíproco procedendo-se na base da afinidade e de complexidade.

A velha tese aristotélica de que cada ciência possui seu campo próprio e objeto determinado sofre ou tem sofrido ultimamente uma certa restrição por parte do princípio, agora geralmente reconhecido, das fronteiras móveis entre as ciências.

Não é que não haja, de certa forma, um âmbito ou esfera de fenômenos a que cada ciência se refere, de modo especial. O que se acrescentou nos últimos tempos foi, através dessa mobilidade de fronteiras e da interpenetração de estudos que isso representa, uma maior e até desconhecida interrelação causal entre os fenômenos pertencentes à órbita de diferentes ciências.

Tudo isso ajuda a compreender o problema metodológico da colocação das questões pertinentes ao campo da demografia ou do estudo, em especial, do explosivo dos contingentes populacionais, sobretudo em nosso país.

Os fundamentos sócio-culturais do planejamento familiar, em decorrência disso, passam também por uma revisão completa em que a matéria do planejamento, sua problemática, precisa ser analisada, como se procura fazer aqui, com base na reformulação metodológica aludida e com as sugestões de ordem prática que tal análise suscitou.

Espero, agora, que tanto os problemas relativos aos fundamentos sócio-culturais do planejamento familiar, quanto este próprio planejamento tenham sido bem elucidados ou esclarecidos, dentro desta tese que procuramos desenvolver.

Ensino de Enfermagem — Perspectivas Face ao Novo Ensino Brasileiro. Nova Terminologia Profissional

MARIA JOSÉ BANZA DE ARRUDA

1. Introdução

Para se falar em novas perspectivas para o ensino da enfermagem no Brasil, necessário é que façamos um ligeiro retrospecto histórico sobre o assunto.

O ensino da Enfermagem se pautava por uma legislação própria até o advento da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional e fez o milagre de reunir num só diploma jurídico, os três níveis da educação: primário, médio e superior até então, desassociados jurídica e didaticamente.

A L. D. B. após 15 anos de estudos para ser elaborada e aprovada, veio realmente revolucionar o ensino brasileiro.

Foi o prenúncio de toda a reforma que se vem processando nos três níveis de educação, já consubstanciada no nível superior através do decreto-lei nº 53/66 e do decreto-lei nº 252/67 que reestruraram as universidades e de uma sucessão de leis, decretos, resoluções, portarias e pareceres originários do Conselho Federal de Educação que vem regulamentando a implantação progressiva dessa reforma no nível superior.

E no momento, está em discussão na Câmara Federal o ante projeto de lei que fixa diretrizes e bases para o ensino